

Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias

Being a father in contemporaneity: conflicting demands

*Ser padre en la contemporaneidad:
demandas contradictorias*

Mariana Gouvêa Matos*
Andrea Seixas Magalhães**

Resumo

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre as experiências subjetivas na transição para a paternidade. Foram entrevistados 8 pais, que falaram sobre os sentimentos vivenciados ao longo dos primeiros meses de vida do filho. O objetivo deste estudo foi investigar os ideais de paternidade presentes no discurso dos pais. Os resultados apontaram para a intensificação do desejo masculino de participação na vida afetiva dos filhos. Ao mesmo tempo, a crença no amor incondicional e no “instinto materno” também apareceu no discurso dos sujeitos, sugerindo a coexistência de valores paradoxais relacionados à paternidade. Conclui-se ser de extrema importância a legitimação do cuidado como intrínseco às interações humanas, sem distinção de gênero. Uma vez que os homens se sintam acolhidos em suas dores e angústias na transição para a paternidade, é provável que consigam afirmar seu desejo de maior participação nos cuidados infantis e de maior envolvimento emocional com seus filhos.

Palavras-chave: paternidade; cuidado; gênero; parentalidade.

Abstract

This paper is part of a broader research project on subjective experiences during the transition to paternity. Eight fathers were interviewed and they

* Doutoranda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: mariana.g.matos@hotmail.com

** Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: andream@puc-rio.com.br

shared feelings experienced throughout the first months of their children's lives. The aim of the present study was to investigate paternity standards within the discourses of these fathers. The results demonstrate the intense male desire to be an affectionate part of their children's lives. The belief in unconditional love and in "maternal instinct" also appeared in the discourses, indicating the coexistence of paradoxical values related to paternity. The conclusion highlights the importance of legitimatizing care as inherent to human relations, without gender distinctions. Once men feel that their pain and anguish is understood during the transition to fatherhood, it is more likely that they can then affirm their wish to take part more intensively in childcare and to have deeper emotional bonds with their children.

Keywords: *fatherhood; care; gender; parenthood.*

Resumen

El presente artículo es parte de una investigación más amplia sobre las experiencias subjetivas en la transición a la paternidad. Ocho padres fueron entrevistados, acerca de los sentimientos vivenciados a lo largo de los primeros meses de vida del hijo. El objetivo de este estudio fue investigar los ideales de paternidad presentes en el discurso de los padres. Los resultados apuntaron a la intensificación del deseo masculino de participar en la vida afectiva de los hijos. Al mismo tiempo, la creencia en el amor incondicional y en el "instinto materno" también apareció en el discurso de los entrevistados, sugiriendo la coexistencia de valores paradójicos relacionados con la paternidad. Se concluye que es de extrema importancia que se legitime el cuidado como algo intrínseco a las interacciones humanas, sin distinción de sexos. Una vez que los hombres se sientan acogidos en sus dolores y angustias en la transición a la paternidad, es probable que consigan afirmar su deseo de mayor participación en los cuidados infantiles y tengan un grado mayor de implicación emocional con sus hijos.

Palabras clave: *paternidad; cuidado; género; parentalidad.*

INTRODUÇÃO

As transformações nas relações de gênero propiciaram o surgimento de novos valores e padrões comportamentais, assim como de novas representações referentes ao masculino e ao feminino. Em meio a novos ideais de gênero, é notória a valorização de um novo modelo de masculinidade. A inserção feminina no mercado de trabalho acarretou a reformulação das identidades de gênero patriarcais, que restringiam ao homem a tarefa

de prover financeiramente a família. Nesse sentido, as mudanças não se limitaram ao universo feminino, ocorrendo também no universo masculino. Os homens foram surpreendidos pela ruptura da hierarquia que lhes concedia lugar de destaque na sociedade e a autoridade masculina passou a ser constantemente questionada, suscitando alterações também no lugar ocupado pelo pai. Atualmente, são incomuns nos grandes centros urbanos, sobretudo nas camadas de média renda da população, famílias organizadas em torno de valores patriarcais rígidos. O contexto social proporcionou a emergência de novas possibilidades de exercício da paternidade, indicando o declínio do patriarcado e mudanças nas relações entre pais e filhos, bem como dos pais entre si (Cúnico & Arpini, 2013; Freitas et al., 2009; Staudt & Wagner, 2008; Sarti, 2010).

A mulher contemporânea adquiriu maior independência financeira, emocional e sexual, e tais mudanças tiveram papel fundamental no questionamento do lugar do masculino, abrindo espaço para o surgimento de um homem mais frágil e mais disponível para trocas afetivas. Além de maior sensibilidade, maior participação nas tarefas domésticas e abdicação do lugar de provedor exclusivo, há na atualidade forte estímulo para que o homem seja, sobretudo, participativo na educação dos filhos (Prado & Abraão, 2014; G. T. Vieira & Nascimento, 2014; E. N. Vieira & Souza, 2010).

Observa-se, assim, a emergência de um novo ideal de pai, que não se restringe à disciplina e ao provimento de recursos financeiros, mas que envolve o cuidado e a educação dos filhos desde bebês, com participação nas trocas de fraldas, na alimentação, nas idas ao médico e na vida escolar. Surge um pai que desenvolve contatos de maior proximidade com os filhos e que encontra nisso satisfação. Não parece se tratar de uma inversão de papéis entre mães e pais, mas de um tipo de relação mais complexa que os pais passaram a estabelecer com seus filhos na contemporaneidade. A paternidade não é mais entendida como uma obrigação – apesar de implicar em um compromisso – passando a ser relacionada à ordem do desejo e à dinâmica do direito (Gomes & Resende, 2004; Gonçalves & Bottoli, 2016; Lyra et al., 2010; Ramires, 1997; Salem, 1987/2007). Ressalta-se, contudo, que o ideal de pai participativo por vezes vem sendo vivenciado como uma imposição social, o que pode acabar promovendo sofrimento para

aqueles que se tornam pais. Nesse sentido, é importante que, no bojo das transformações sociais, haja espaço para a singularidade no exercício da paternidade, contribuindo para a desconstrução de uma identidade paterna idealizada e aprisionante.

Com as mudanças ocorridas na família, o sofrimento masculino gerado pela repressão de sentimentos – que foi imposta aos homens historicamente como ideal de masculinidade – começa a se tornar mais evidente. Os homens vêm verbalizando cada vez mais seus sentimentos, mostrando-se cada vez mais disponíveis para trocas afetivas. Contudo, para o eixo do cuidado passar a fazer parte da subjetividade masculina, parece fazer-se necessária a desconstrução da dicotomia pai-provedor/mãe-cuidadora. É preciso afirmar as diferenças entre os sexos e entre pai e mãe, mas existe também a necessidade de flexibilizar os papéis por eles desempenhados (Silva, Lamy, Rocha & Lima, 2012).

Ainda se faz notório o distanciamento entre o universo masculino e a educação infantil, posto que o cuidado com as crianças foi considerado, durante séculos, função essencialmente feminina. O campo de atuação masculina se consolidou no âmbito público, sendo função fundamental do homem garantir o sustento da família e administrar suas riquezas. Em oposição, à mulher coube o espaço privado, os cuidados com a casa e com os filhos (Gomes & Resende, 2004). Tal polarização entre homens e mulheres configurou relações de subordinação/dominação que limitaram o poder de participação feminina nas decisões conjugais e sociopolíticas e praticamente suprimiram a figura masculina no que diz respeito ao cuidado (Lyra *et al.*, 2010).

Embora haja estímulo às habilidades relacionais e expressivas, desde a infância é possível observar, ainda hoje, maior incentivo aos meninos para brincadeiras que demandam esforço físico, motivam a competição e o enfrentamento de riscos. Às meninas é reservado o cuidado, demonstrado muitas vezes nas brincadeiras de boneca e de casinha que lhes são sugeridas pela mídia, pela família e pela escola. Por meio dessas práticas, nas meninas é estimulada a possibilidade de treinar a futura maternidade e o cuidado com os filhos e com a casa, ao passo que a competitividade e o enfrentamento de riscos não são tão estimulados. Com os meninos

ocorre o contrário (Lyra et al., 2010). Freitas et al. (2009) assinalam que as mulheres são agentes decisivos no que diz respeito à reprodução social de tais valores, pois ainda são elas que mais participam da educação das crianças, seja na escola ou em casa, e muitas vezes lhes transmitem ideologias de gênero patriarcais.

Ao mesmo tempo em que o estímulo aos meninos se dá preponderantemente no sentido do desenvolvimento de uma postura ativa diante da sociedade, voltada para a virilidade e para a força, espera-se que os homens passem a sentir e a se comportar de forma distinta daquela segundo a qual sua personalidade foi estruturada (Staudt & Wagner, 2008). É compreensível, então, a dificuldade que alguns pais possam ter em dispensar cuidados aos seus filhos, principalmente quando bebês.

Mesmo que na atualidade o pai esteja ocupando lugar de maior participação na esfera doméstica, as crenças e valores presentes no imaginário social não se modificam subitamente (Gomes & Resende, 2004). Concomitantemente à demanda de maior participação masculina no âmbito privado, persiste a concepção de maternidade idealizada, marcada pelo instinto biológico e pelo amor incondicional. A crença no amor materno, respaldado por um instinto para desempenhar as funções de cuidado, faz com que a mãe seja considerada a pessoa mais preparada para exercê-las, tornando o cuidado masculino dispensável. Tal maneira de perceber as necessidades de cuidado do bebê pode gerar uma não responsabilização paterna diante do cuidado com os filhos, o que é, mesmo que inconscientemente, compartilhado e até incentivado pelas mulheres e pela sociedade em geral (Cúnico, Arpini & Cantele, 2013; Lyra et al., 2010; Schneebeli & Menandro, 2014).

O cuidado foi historicamente vinculado à maternidade e passou a ser naturalizado como “instinto materno”. Ao mesmo tempo, fortaleceu-se a ideia de que o homem não é capaz de exercer as tarefas de cuidado com seu bebê e, mesmo se conseguir exercê-las, ele nunca será tão bom quanto a mãe, na medida em que não possui tal “instinto” (Cúnico et al., 2013). Nesse sentido, Freitas et al. (2009) assinalam que o poder social machista atribuído aos homens foi e ainda é fonte de privilégios, mas também fonte de dor e alienação de seus afetos. Segundo estes autores, as responsabilidades

sociais impostas ao pai patriarcal lhe trouxeram prejuízos no campo da afetividade, uma vez que os padrões estabelecidos socialmente seguiam parâmetros muito rígidos.

Em consonância com o mito do amor materno, Lima (2011) aponta para o “mito do não-amor paterno”. De acordo com esta autora, tal mito é referente à construção do lugar do pai como ator secundário no cuidado com os filhos, que afasta ou mesmo exclui a possibilidade de o homem estabelecer trocas afetivas com a prole. A própria disseminação do mito do amor materno acaba por construir o “mito do não-amor paterno”, trazendo consequências para a forma como meninos e meninas são educados, para a vida profissional dos mesmos e para o campo de direito da família. A forma como as crianças são educadas promove a manutenção de ambos os mitos, do amor materno e do “não-amor paterno”, proporcionando um contexto de não responsabilização do homem frente à paternidade.

Nos aspectos profissionais, os maiores salários conferidos aos homens, a competitividade entre homens e mulheres e o fato de ainda hoje os homens terem mais oportunidades em suas carreiras facilitam seu distanciamento da vida familiar. No campo do direito de família, chama a atenção o fato de a guarda dos filhos até pouco tempo ter sido concedida prioritariamente às mulheres em caso de divórcio, e a resistência da sociedade como um todo perante a guarda compartilhada (Schneebeli & Menandro, 2014), bem como o reduzido período de licença paternidade, se comparado à licença maternidade, por exemplo.

A licença paternidade e a licença maternidade são os principais direitos conferidos aos recém-pais e mães. Contudo, a diferença entre os períodos concedidos para ambos no Brasil é expressiva. A licença paternidade brasileira, de apenas 5 dias, não condiz com as demandas sociais contemporâneas que impelem o pai a participar dos cuidados com o bebê. O período de licença reduzido aponta para a não valorização da participação paterna no atual cenário jurídico brasileiro, provavelmente devido à presença de valores patriarcais no que concerne à família. Em uma sociedade permeada por valores igualitários e que estimula a noção de pai participativo, a licença paternidade ser menor que a licença maternidade é um contrassenso. Na mesma direção, a participação do pai no pré-natal e sua

presença no parto, apesar de constarem como direitos também do homem na lei nº 9.263/96 (Brasil, 1996), dependem da escolha e do consentimento da mulher. Neste sentido, é necessário ressaltar que na Constituição Federal de 1988 somente a licença paternidade consta como direito que assegura e protege o exercício da paternidade (Martins, 2008; Oliveira & Brito, 2009).

Em 2008 o Ministério da Saúde divulgou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com o objetivo de adotar estratégias para a prevenção e promoção da saúde masculina, o que inclui os aspectos relacionados à transição para a paternidade. No documento, a paternidade está apontada como direito do homem:

A paternidade não deve ser vista apenas do ponto de vista da obrigação legal, mas, sobretudo, como um direito do homem a participar de todo o processo, desde a decisão de ter ou não filhos, como e quando tê-los, bem como do acompanhamento da gravidez, do parto, do pós-parto e da educação da criança (Brasil, 2008, p.16).

No entanto, Figueiredo e Marques (2011) constataram que muitos pais desconhecem seus direitos e que a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem ainda é pouco difundida. Os próprios homens/pais parecem conferir maior relevância à relação mãe-filho/filha do que à sua própria relação com a prole, considerando a mãe insubstituível e imprescindível para a criança. Ao mesmo tempo, estudos como os de Ramires (1997) e de E. N. Vieira e Souza (2010) mostram o desejo de participação dos homens na criação afetiva dos filhos - sobretudo nas camadas de média renda dos grandes centros urbanos, nas quais se considera fundamental que o pai esteja presente emotiva e afetivamente na vida das crianças.

A masculinidade passa por uma crise que tem proporcionado reflexão por parte dos homens, desde a década de 1970, a respeito de seu papel nas relações familiares e nas atividades domésticas (Freitas et al., 2009; Prado & Abraão, 2014; Silva, 2006; M. L. Vieira et al., 2014). Contudo, Freitas et al. (2009) apontam para o sistema simbólico construído culturalmente a partir de crenças e valores acerca das identidades masculina e feminina pautadas na diferença entre os sexos, que norteia, ainda, a vida de homens e mulheres do século XXI. Ainda que a aproximação entre o universo

masculino e as práticas de cuidado seja legitimada socialmente, parece existir, concomitantemente, uma preocupação relacionada à manutenção da virilidade masculina (Gomes & Resende, 2004).

Staudt e Wagner (2008) atentam para o dilema gerado pelo receio de que corresponder às demandas contemporâneas relacionadas à nova postura masculina possa interferir na virilidade, ainda valorizada. De acordo com as autoras, essa preocupação não se restringe aos homens. Existe uma provável diferença entre o que foi passado aos homens e mulheres como referência de masculinidade pela geração que os antecedeu e o modelo masculino que a sociedade hoje impõe. É difícil, pois, romper com um padrão instituído historicamente como referencial de identificação e a possibilidade de criação de algo novo provavelmente constitui-se como fonte de angústia e ansiedade (Castoldi, Gonçalves & Lopes, 2014). Nesse sentido, é compreensível que as leis e políticas públicas brasileiras ainda não estejam voltadas para o cuidado com os homens/pais, posto que os processos sociais são lentos, envolvendo pelo menos três gerações (Elias, 2006).

Apesar das significativas mudanças que vêm ocorrendo nas últimas décadas no lugar ocupado pelo pai, os estudos sobre parentalidade têm sido voltados, sobretudo, para a maternidade, e as experiências subjetivas dos pais estão apenas começando a ser exploradas. No presente estudo pretendeu-se investigar os ideais de paternidade presentes no discurso dos pais entrevistados, a fim de ampliar o debate a respeito do tema na atualidade, contribuindo para a problematização da dicotomia pai-provedor/mãe-cuidadora.

MÉTODO

Participantes

Foram entrevistados oito homens das camadas de média renda da população carioca, com idades entre 24 e 36 anos, que se tornaram pais há no mínimo dois meses e no máximo um ano, e que coabitam com a mãe do bebê.

Tabela 1 – Perfil Dos Participantes

Participante	Idade	Profissão	Sexo do bebê	Idade do bebê	Tipo de parto
P1	31	Médico	Menina	3 meses	cesárea
P2	35	Advogado	Menino	1 ano	cesárea
P3	36	Técnico-administrativo	Menina	4 meses	cesárea
P4	34	Professor e escritor	Menino	7 meses	cesárea
P5	33	Administrador	Menina	2 meses	parto vaginal
P6	24	Tradutor	Menina	4 meses	parto vaginal
P7	31	Músico	Menina	2 meses	parto vaginal
P8	32	Administrador	Menina	1 ano e 1 mês	cesárea

Instrumentos

Como instrumento de investigação, realizou-se, com cada participante, uma entrevista com roteiro semiestruturado, contendo questões abertas, composta pelos seguintes eixos temáticos: experiências subjetivas durante a transição para a paternidade; participação masculina nos cuidados com o filho; experiências corporais; redes de apoio.

Procedimentos

Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade onde foi desenvolvido, os participantes foram selecionados a partir de contatos informais em diferentes redes de sociabilidade da pesquisadora. As entrevistas foram gravadas em áudio, com a devida autorização dos participantes, mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O material foi transcrito e submetido ao método de análise de conteúdo (Bardin, 2011). Das falas dos entrevistados emergiram oito categorias de análise: *mãe é mãe*; *ser pai*; *demandas contraditórias: patriarca e cuidador*; *o homem grávido*; *ultrassonografia como ritual de passagem*; *o nascimento do pai*; *a construção de um vínculo*; *dos indivíduos à família*. Para atingir o objetivo deste trabalho, foram discutidas as categorias *mãe*

é mãe, ser pai e demandas contraditórias: patriarca e cuidador, por estarem mais diretamente relacionadas às experiências subjetivas dos homens durante a gestação. As demais categorias foram discutidas em outros trabalhos divulgados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a apresentação dos resultados, os pais foram nomeados de P1 a P8.

Mãe é mãe

De um modo geral, os homens/pais entrevistados demonstraram atribuir maior relevância à relação mãe-filho/filha do que à relação pai-filho/filha, evidenciando o quão imprescindível e insubstituível julgam ser a presença materna.

O cuidado do pai com o bebê, ele é um papel subsidiário, porque o papel central é da mãe, não adianta. O bebê tem que mamar na mãe, tem tudo isso. E o pai fica ali fazendo um papel secundário, mas eu acho importante a figura do pai (P2).

O pai não faz muita coisa, não tem muito papel, o papel é totalmente de coadjuvante assim, né? (P8)

Eu participo também, mas não é que nem ela, entendeu? É outro nível de participação (P5).

Há séculos o cuidado é vinculado à maternidade e naturalizado como “instinto materno”. Como as crenças e os valores não se modificam subitamente no imaginário social, a forte valorização de tal “instinto” ainda se fez presente nas falas dos sujeitos. O “mito do não-amor paterno”, apontado por Lima (2011), permeou o discurso dos entrevistados, sugerindo a noção de que o homem nunca será tão bom quanto a mãe no cuidado com os filhos por ser desprovido do “instinto materno”, restando-lhe um papel secundário no exercício da parentalidade.

Eu acho que a mulher, sem querer ser machista ou feminista, a mulher é mãe e mãe é a provedora de tudo pra criança, né? Então eu acho que a mãe sempre vai cuidar melhor do que o pai (P8).

Mas eu não vejo nada de ruim para o meu filho eu ser o segundo. Primeiro tem a mãe que é prioridade um, porque não tem como, tem que ser... (P2).

Neste sentido, persiste a concepção de maternidade idealizada e a crença no amor materno respaldado por um instinto para desempenhar as funções de cuidado, como já apontado por estudos como os de Staudt e Wagner (2008), Lyra et al. (2010) e Cúnico et al. (2013).

Quando ela (a filha) tá num estresse enlouquecido, tem que ser a mãe, tem que ser aquele cheiro de leite ali que vai acalmar a criança (P1).

A mãe da minha mulher ela tem o dom da conversa com ele, ela brinca. Ela tem uma coisa que ela sabe fazer que eu queria saber fazer, mas é como se eu não tivesse essa ferramenta, esse elemento (P4).

A minha filha nasceu chorando, chorando, o pediatra colocou ela no colo da minha mulher, ela parou de chorar. Ali minha mulher conectou, meio Avatar, sabe como é? Conectou assim... minha filha quando tá doente não quer ninguém, só quer a mãe dela. (P8).

Contudo, mesmo que o pai ainda ocupe um papel secundário nos cuidados com os filhos, a figura do pai começa a se modificar, abrindo espaço para o questionamento da concepção naturalizada de “instinto materno”, como expresso na fala de um dos sujeitos:

Eu não acredito nessa coisa naturalizada, que naturalizam a mãe. Eu não acredito nisso, eu acho que tem muito esforço ali. Porque quando você naturaliza parece que não tem esforço nenhum, parece que não tem empenho, não tem amor depositado, que não tem carinho depositado, e que não tem dificuldade. Quando você naturaliza, você naturaliza principalmente deveres: você é mãe logo você tem que cuidar, você é mãe logo você tem que passar mais tempo com a criança (P6).

Como assinalado por Freitas et al. (2009) e Lyra et al. (2010), o poder social machista atribuído aos homens excluiu tanto a figura feminina das decisões familiares e políticas como a figura masculina das práticas

de cuidado, sendo fonte de dor e alienação de seus afetos. Ainda hoje a sociedade em geral não favorece o cuidado de crianças pelos homens, o que dificulta a desconstrução da dicotomia pai-provedor/mãe-cuidadora. Tal exclusão se faz evidente na fala de um dos pais:

Eu acho que o homem ficou um pouco deslocado. Porque de fato se você for ver dentro desses papéis, a mulher ocupa um lugar no mercado de trabalho que seria ocupado por um homem. Mas, ao mesmo tempo, quando ela sai de casa ela não vai deixar o homem ali, ela vai deixar uma outra pessoa ali, uma outra mulher. Então o homem, na verdade, vai estar competindo pela atenção da criança com uma terceira pessoa, que é a babá (P1).

Um dos entrevistados, que denomina os pais que se envolvem nos cuidados com os filhos como *pães*, relata o preconceito que os homens ainda sofrem por cuidarem de seus filhos:

Eu conheço vários pães que tão ali, que tão junto, tão próximos. Que tão saindo com seus filhos na rua e é complicado, você sai com seu filho na rua e você ouve “cadê a mãe?” Você ouve isso o tempo todo, porque você não é suficiente pelo que parece. Você é qualificado pra trabalhar, pra suprir, mas não pra estar com a criança (P6).

As mulheres têm participação cada vez maior no mercado de trabalho, ao passo que alguns homens parecem estar encontrando dificuldades em aumentar sua participação no exercício conjunto da parentalidade, seja por falta de motivação própria ou por preconceito das mulheres, que não os julgam capazes de cuidar de seus filhos. Em consonância com o que dizem os estudos de Freitas et al. (2009) e Lyra et al. (2010) sobre as brincadeiras infantis, a discrepância entre o preparo de homens e de mulheres ao longo da vida para exercer tais tarefas apareceu na fala de um dos pais entrevistados:

Meu sentimento, quando eu vejo a minha mulher, é de que ela é preparada pra ser mãe, ela sonhou ser mãe, mãe de menina, minha filha tem o nome Fa., eu acho que ela (mãe) tem o nome (escolhido para a filha) já desde que ela tinha 10 anos de idade. (...) então nesse sentido eu acho que é mais preparada (P8).

A fala acima indica que a idealização e a experimentação do futuro exercício da parentalidade ainda é muito mais estimulada e reconhecida nas meninas do que nos meninos. Contudo, o desejo de reverter esse quadro e garantir maior participação masculina no âmbito do cuidado também se fez claro no discurso dos sujeitos, fazendo emergir a categoria *Ser pãe*.

Ser pãe

As falas dos entrevistados evidenciaram a ampliação do espaço paterno no que diz respeito ao cuidado com os filhos. Um dos sujeitos apontou o termo *pães* como forma de denominar os pais que afirmam a participação paterna no âmbito do cuidado e que expressam seu desejo de filho. Corroborando os resultados apontados nos estudos de Cúnico e Arpini (2013), Lyra et al. (2010), Gomes e Resende (2004), Ramires (1997), Staudt e Wagner (2008) e M. L. Vieira et al. (2014), foi notório o ideal de novo pai no discurso dos sujeitos, seja devido ao desejo do próprio homem, seja como uma imposição da sociedade.

Essa coisa de chamar de *pãe* é porque eu acho que o espaço pra mãe é muito maior do que o espaço pro pai, então é muito mais uma luta pra ampliar o espaço do pai (...) É uma luta dos homens, que tem estímulo e “vamos lá” das mulheres, mas é uma luta dos homens (P6).

Na paternidade contemporânea, isso acontece muito: não é assim, minha esposa está cuidando do meu filho e eu tô indo trabalhar. Eu tenho feito home office direto, a gente se reveza muito... (P4).

Mas acho que hoje eu me sinto cobrado por ser um pai/mãe (P4).

Fica claro nas falas dos entrevistados que o esforço masculino no sentido da ampliação do lugar ocupado pelo pai está abrindo espaço para o aumento das trocas afetivas na díade pai-bebê, como apontado por Cúnico e Arpini (2013) e Silva (2006), bem como para a explicitação de desejos até então impronunciáveis. Os participantes demonstraram desejo não

só de participação no cuidado dos filhos desde bebês, como verbalizaram sentirem-se frustrados ou terem inveja de suas parceiras por não poderem amamentá-los.

Tudo que ela faz eu faço, só não dou de mamar. Mas teria vontade, porque, nossa, é uma intimidade que não tem comparação. Isso que o bebê tem com a mãe, infelizmente os pais nunca vão saber o que é isso. Isso é frustrante, porque você ama, claro, aquele bebê e também quer gozar dessa relação profunda que a mãe tem e você não pode. (P7).

É uma coisa da qual você acaba privado, sabe? Esse período da amamentação é um período que, foi mal, não tem como você substituir, tem mamadeira, etc, mas é outra história, é diferente. Eu já “noiei” mais por conta disso, de bater o pé “ai que saco, não tenho peito, queria ter peito!”, poder amamentar a criança e tal. Mas agora não. Enquanto minha mulher tá dando o peito eu tento fazer alguma coisa pra ajudar naquele processo, eu tento ajudar de alguma outra forma. Me incomoda menos agora (P6).

Acho inclusive que tem uma certa inveja da mulher, eu pelo menos. Desse poder que a mulher tem, essa coisa... uma coisa muito engraçada, mas um dia já pro final da gravidez eu sonhei que eu amamentava. Eu sonhei que eu tava com o bebê no colo e ela mamava em mim! E eu achava maravilhoso, “pô, tô dando de mamar!”, sabe? E acho que a mulher tem esse poder e eu acho muito ruim que o homem não saiba o que que é isso, sabe? Que você não possa viver isso, que é uma coisa muito importante, muito legal (P7).

As experiências que dizem respeito à amamentação do bebê apareceram como imprescindíveis para o debate pela emancipação masculina no âmbito do cuidado. Os homens têm desejado cada vez mais formar uma díade com o bebê independente da mãe. Impossibilitados de amamentar da mesma forma que as mulheres, alguns pais vêm buscando saídas para cuidar dos bebês sem necessitar de suas parceiras. Não depender da mãe do bebê ou de outra mulher para cuidar de seus filhos parece ser de extrema importância para alguns entrevistados, que afirmam sua capacidade de cuidar e de se vincular precocemente.

É uma dependência. Me tira a liberdade, por exemplo, de eu sair com minha filha e ficar mais de duas horas fora, porque em algum momento ela vai querer mamar e a gente vai precisar voltar pra minha mulher, sabe, é meio que isso (P6).

Quando ele foi mamar a primeira vez na mamadeira fui eu que dei, pra não ser ela com o peito, né? (P4)

Ela sai, eu fico com ela, eu não tenho essa coisa de “cadê a mãe, eu preciso da mãe”. A gente deixa leite congelado, se ela quiser mamar eu boto num copinho e dou pra ela, eu amamento ela. Risos (P7).

Envolvidos com o projeto de serem pais, os homens contemporâneos têm compartilhado cada vez mais também as experiências da gestação e do parto, demonstrando corresponsabilidade pelo processo. Em consonância com as pesquisas de Castoldi et al. (2014), Prado e Abraão (2014), M. L. Vieira et al. (2014), e G. T. Vieira e Nascimento (2014), que apontam para a transição do lugar ocupado pelo pai, os homens entrevistados falaram sobre seu envolvimento emocional com o filho desde a gravidez.

Por que você já se sente pai, mesmo antes, você já se sente pai, então, eu marcava as ultras, fui a todas as consultas. A médica me ligava, nem ligava pra ela. Eu procurei acompanhar o mais próximo possível, fui a todas as ultrassonografias, conversava com a médica, ligava (P3).

Eu lembro que eu entrei no quartinho e tinha uns líquidos no chão e aí eu fiquei “meu Deus o que que tá acontecendo?” (...) E foi aí que eu vi: a gente vai parir. Estamos parindo (P6).

Aí você fica torcendo pra ele sair (no parto), fazendo força junto com a mãe, é muito doido, sabe? (P5)

A imposição patriarcal começou a ser problematizada, sendo, portanto, pouco a pouco desconstruída, e abrindo espaço para um novo ideal de pai. Na literatura sobre o tema (Freitas et al., 2009; Gomes & Resende, 2004; Lima, 2011; Lyra et al., 2010; Perucchi & Beirão, 2007; Ramires, 1997) é notória, por um lado, a exaltação do pai participativo, e, por outro, o rechaço do pai tradicional. Nesse sentido, o novo ideal, da mesma forma que o anterior, começa a ditar modos de ser um bom pai que

desconsideram as singularidades dos indivíduos, sendo experimentados por alguns sujeitos como uma imposição. Alguns homens entrevistados disseram que se sentiam cobrados por suas parceiras e apontaram para a imposição social do novo ideal de paternidade.

Eu talvez ache que o nosso arranjo, se ele pudesse melhorar, talvez seja uma definição um pouquinho mais distinta de funções, vamos dizer assim. Como se fosse assim um passo atrás na modernidade. A mãe poder e querer assumir um pouco mais um lugar maior, mais intenso em termos de tempo, e com uma certa autonomia do tipo assim: vai, faz suas coisas e volta, eu tô aqui, vou estar bem com ele. E menos assim: volta logo que eu preciso de você, ele tá aqui comigo fazendo tudo (P4).

Eu vejo que a mulher cobra “pô, você tem que participar mais, você não troca fralda o suficiente”, o que que é suficiente? Trocar 10 fraldas por dia é suficiente? Ou é trocar quando precisa? (...) Ela me cobra eu fazer mais do que eu faço, aí eu não sei se mais do que eu faço é: se eu faço uma, fazer duas tá bom – pô, é 100%! - ou se vai ser sempre mais (P8).

A exaltação do novo ideal de pai surge em meio a um contexto permeado por valores tradicionais, que delimitam funções bem distintas para homens e mulheres no exercício da parentalidade. Há, na atualidade, nos grandes centros urbanos brasileiros, uma sobreposição de valores patriarcais e contemporâneos, que ditam padrões contraditórios de comportamento, gerando certo mal estar nos sujeitos por dificultar o exercício pleno da paternidade de forma singular. Nesse sentido, do discurso dos sujeitos emergiu a categoria *Demandas contraditórias: patriarca e cuidador*.

Demandas contraditórias: patriarca e cuidador

Ao mesmo tempo em que são cada vez mais estimulados a participarem das atividades de cuidado com seus filhos, os pais brasileiros se deparam com um período de licença paternidade praticamente insignificante, que acaba afastando-os da rotina diária do filho e prejudicando o fortalecimento do vínculo pai-bebê. Como já assinalado por Martins (2008) e Oliveira e Brito (2009), a licença paternidade de cinco dias não atende às necessidades de participação paterna após o nascimento dos filhos, sendo

um contrassenso diante das demandas contemporâneas de participação. O incômodo com a falta de suporte legal no que diz respeito à licença paternidade foi evidente na fala dos sujeitos entrevistados.

Eu invejo um pouco minha esposa, por que a licença da mãe de seis meses é um vínculo... eu acho pouco pra mãe, agora pro pai então, é um nada! (P3).

Tem dias que eu não pego nela, porque eu saio ela está dormindo, eu chego ela está dormindo, aí ainda vai ter a próxima mamada, mas aí já é de madrugada, e isso me deixa muito frustrado (P1).

Me incomoda muito estar longe dela (filha). Às vezes dá vontade de ter nascido herdeiro, sabe? Pra só ficar cuidando dela. Uma coisa engraçada: nos primeiros meses ali, trabalho é uma coisa que não faz sentido nenhum depois de ter filho. Pô, trabalhar pra que? Ao mesmo tempo você tem que pagar contas. Mas sabe, eu quero trabalhar aqui. Foi mal, mas eu quero ficar aqui, quero tá junto dela, brincar com ela, trocar fralda, quero investir minha energia aqui e não com outras coisas (P6).

A sociedade em geral não estimula a participação paterna em termos práticos, garantidos em lei, apesar do discurso igualitário de participação parental. Nesse sentido, os homens que têm desejo de participação igualitária sofrem com as dificuldades impostas por suas carreiras profissionais, que demandam grande parte de seu tempo, desconsiderando sua fragilidade devido às profundas mudanças pelas quais estão passando e à necessidade de elaboração da transição para a parentalidade.

As consultas do pré eram sempre segundas e terças e na faculdade eu tinha aula toda terça feira. E eu acabei faltando muito nessa aula. Eu apresentei o trabalho, carreguei meio que o grupo nas costas, eu me esforcei muito. A gente apresentou o trabalho dessa matéria, minha filha já tinha nascido, ela estava com uma semana, eu lembro de eu escrevendo o trabalho com ela no colo. E a professora me reprovou por falta. Eu entrei com um processo administrativo na faculdade exatamente porque ela disse que não era justificativa pra abono de faltas, você comparecer ao pré-natal da sua filha (P6).

Eu lamento não ter mais tempo, mas todo tempo que eu tenho eu faço questão de dar o banho, de trocar fralda, de escolher a roupinha que ela

vai passear no fim de semana, passear no carrinho, pela praia também, no calçadão, de mostrar pros outros... eu acho que o pai tem que participar sim (P3).

São poucos os registros legais que asseguram e protegem o exercício da paternidade, sendo notória a ênfase na garantia dos direitos referentes à maternidade no Brasil (Figueiredo & Marques, 2011; Martins, 2008; Oliveira & Brito, 2009). O amparo legal ao exercício da paternidade é praticamente inexistente, o que atesta e ao mesmo tempo gera a invisibilidade do homem nos serviços de assistência à família. O incômodo referente à falta de garantias legais para o exercício da paternidade apareceu no discurso dos entrevistados, apontando para a necessidade de a participação paterna ser garantida como direito da criança e dos homens.

Eu acho que o envolvimento do pai é um direito da criança e do pai. Eu acho que tem que ser afirmado como direito, eu acho que é importante. O envolvimento do pai não tem que ser considerado como uma coisa a ser somada, acrescentada. Não. É um direito (P6).

No discurso dos sujeitos foi possível observar certo desconforto proveniente do conflito entre valores tradicionais e contemporâneos referentes à figura paterna, já apontado por inúmeras pesquisas como as de Araújo (2011), Silva et al. (2012), M. L. Vieira et al. (2014) e E. N. Vieira e Souza (2010). Entre demandas sociais que impelem os homens a cuidarem de seus filhos e a investirem no vínculo pai-bebê desde a gestação, e as ações práticas, de cunho legal ou moral, que excluem ou desconsideram a participação paterna, os homens tentam reconstruir a representação de paternidade na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos grandes centros urbanos, principalmente nos sujeitos pertencentes às camadas de média renda, tem sido possível observar a intensificação do desejo de participação dos homens na criação afetiva de seus filhos, bem como o desejo das mulheres de que seus companheiros compartilhem o exercício da parentalidade de forma mais igualitária. Ao mesmo tempo, se

faz, todavia, presente no imaginário social a crença no amor incondicional da mãe e no “instinto materno”. A equivalência pai-provedor pareceu não estar mais tão presente no discurso dos homens entrevistados, mas a equivalência mãe-cuidadora ainda foi fortemente valorizada.

As diferenças entre os sexos existem e não devem ser desconsideradas nem anuladas. Em termos biológicos, homens não engravidam, não parem, não amamentam. Contudo, do ponto de vista psíquico é necessário ressaltar que tanto homens como mulheres passam por profundas transformações identitárias na transição para a parentalidade, sendo extremamente necessário que gestem, param e nutram seus filhos e suas novas funções parentais em seus psiquismos. Neste sentido, parece ser necessário um descolamento de um modelo biocêntrico - que desconsidera aspectos sociais e emocionais - para que a sociedade em geral compreenda o momento de transformações pelo qual passam os homens na transição para a paternidade e possa, assim, acolher seus sentimentos. Consideramos que, em um contexto que valorize o cuidado com os homens e que acolha as possíveis dores e angústias paternas, os pais se sintam mais liberados para cuidar de seus filhos.

Destacamos a necessidade de legitimar o cuidado como intrínseco à subjetividade, sem distinção de sexos. Provavelmente, então, os homens consigam afirmar seu desejo de participação na relação afetiva com os filhos independentemente do grau de envolvimento que queiram ou possam desenvolver. Para que tal envolvimento afetivo se dê, parece ser necessário que seja fruto de desejo e não de imposição cultural. Alguns pais entrevistados ressaltaram a cobrança que sentiam de suas parceiras e da sociedade em geral com intuito de que participassem mais dos cuidados com os filhos, o que os fazia sentir que seu empenho nunca era suficiente. Neste sentido, concluímos que a imposição do ideal de pai participativo pode acabar interferindo negativamente no estabelecimento do vínculo pai-bebê. É fundamental, então, que a sociedade ofereça amparo para aqueles que se tornam pais, reconhecendo seus sentimentos e desejos. Sentindo-se mais reconhecidos, os homens poderão experimentar a paternidade da forma que lhes parecer mais verdadeira consigo mesmos.

Ressaltam-se aqui as possíveis limitações do presente estudo, visto que este aborda a transição para paternidade, abarcando, portanto, um

período reduzido de exercício das funções parentais. É possível apontar que, sem dúvidas, o lugar do pai passa por grandes transformações, abrindo espaço para o desejo, mas também para o sofrimento gerado por tantas imposições socioculturais. Tudo indica que, por meio da problematização do lugar social atribuído à paternidade, estejamos diante de uma revolução masculina. Contudo, tal revolução paternal, iniciada há poucas décadas, provavelmente necessitará de várias gerações para concretizar-se plenamente. Vislumbramos que, ao longo deste século, talvez seja possível apreciar a diversidade de paternidades, que incluem as variações étnicas e culturais, sem encerrar o lugar do pai em uma identidade universal.

REFERÊNCIAS

- Araújo, R. (2011). *O papel do pai na construção de um novo perfil familiar*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, Edições 70.
- Brasil. Ministério da saúde. (2008). *Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes*. Brasília. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_saude_homem.pdf
- Brasil. (1996). *Lei nº 9.263*, de 12 de janeiro, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm
- Castoldi, L., Gonçalves, T. R. & Lopes, R. C. S. (2014). Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. *Psicologia em estudo*, 19(2), 247-259. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722014000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=en
- Cúnico, S. D. & Arpini, M. D. (2013). A Família em Mudanças: Desafios para a Paternidade Contemporânea. *Pensando Famílias*, 17(1), 28-40. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100004&lng=pt&tlng=pt

- Cúnico, S. D., Arpini, D. M. & Cantele, J. (2013). A impossibilidade no exercício da paternidade: algumas reflexões. *Psicologia em revista*, 19(3), 353-370. Recuperado de: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2013v19n3p353/6209>
- Elias, N. (2006) *Escritos e ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Figueiredo, M. G. A. V. & Marques, A. C. (2011). Pré-natal: experiências vivenciadas pelo pai. *Cogitare enfermagem*, 16(4), 708-713. Recuperado de <http://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/26126>
- Freitas, W., Silva, A., Coelho, E., Guedes, R., Lucena, K. & Costa, A. (2009). Paternidade: responsabilidade social do homem no papel de provedor. *Revista de saúde pública*, 43(1), 85-90. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102009000100011&script=sci_abstract&tlng=pt
- Gomes, A. & Resende, V. (2004). O Pai Presente: O Desvelar da Paternidade em Uma Família Contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119-125. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722004000200004&script=sci_abstract&tlng=es
- Gonçalves, L. S. & Bottoli, C. (2016). Paternidade: a construção do desejo paterno. *Barbarói*, 48, 185-204. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/7566/6537>
- Lima, R. L. S. (2011). “O mito do não-amor paterno”: o papel masculino na paternidade. (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade do Vale do Ipojuca, Caruaru.
- Lyra, J., Leão, L. S., Lima, D. C., Targino, P., Crisóstomo, A., & Santos, B. (2010) Homens e cuidado: uma outra família? In: Acosta, A. & Vitale, M. (orgs). *Família: redes, laços e políticas públicas*. (pp.79-91). São Paulo: Cortez Editora.
- Martins, L. (2008). *O exercício da paternidade e a (des) proteção social: uma análise no hospital universitário de Florianópolis*. (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

- Oliveira, E. M. F. & Brito, R. S. (2009). Ações de cuidado desempenhadas pelo pai no puerpério. *Escola anna nery revista de enfermagem*, 13(3), 595-601. Recuperado de <http://www.redalyc.org/pdf/1277/127715325020.pdf>
- Perucchi, J. & Beirão, A. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia clínica*, 19(2), 57-69. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005
- Prado, J. C. & Abraão, J. L. F. (2014). Paternidade: um estudo sobre pesquisas desenvolvidas no contexto brasileiro. *Colloquium humanarum*, 11(1), 94-112. Recuperado de <http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/935/1221>
- Ramires, V. (1997) *O exercício da paternidade hoje*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Salem, T. (2007) *O casal grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária*. Rio de Janeiro: Editora FGV. (Original publicado em 1987).
- Sarti, C. (2010). Famílias enredadas. In A. Acosta & M. Vitale (orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 21-36). São Paulo: Cortez Editora.
- Silva, E., Lamy, Z., Rocha, L. & Lima, J. (2012). Paternidade em tempos de mudança: uma breve revisão da literatura. *Revista Pesquisa em Saúde*, 13(2), 54-59. Recuperado de <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahuufma/article/view/1325/1046>
- Silva, S. G. (2006). A crise da masculinidade: uma crítica à identidade de gênero e à literatura masculinista. *Psicologia: ciência e profissão*, 26(1), 118-131. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000100011&lng=pt&tlng=pt

- Schneebeli, F. C. F. & Menandro, M. C. S. (2014). Com quem os filhos ficarão? Representações sociais da guarda após a separação conjugal. *Psicologia e sociedade*, 26(1), 175-184. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-71822014000100019&lng=en&nrm=iso&tln g=pt
- Staudt, A. C. P. & Wagner, A. (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: teoria e prática*, 10(1), 174-185. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1516-36872008000100013
- Vieira, M. L., Bossardi, C. N., Gomes, L. B., Bolze, S. D. A., Crepaldi, M. A. & Piccinini, C. A. (2014). Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 66(2), 36-52. Recuperado de <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/854/859>
- Vieira, G. T. & Nascimento, A. R. A. (2014). Aspectos psicossociais da construção da identidade paterna. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 57-68. Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/4205/4711>
- Vieira, E. N. & Souza, L. (2010). Guarda paterna e representações sociais de paternidade e maternidade. *Análise Psicológica*, 28(4), 581-596. Recuperado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So870-82312010000400003